

# Quando a forma adocece: notas para uma escrita que respira

*When Form Falls Ill: Notes on Writing That Breathes*

Natasha de Almeida Dutra Toledo

[252107494@aluno.unb.br](mailto:252107494@aluno.unb.br)

Universidade de Brasília (UnB),

Brasília, DF, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0843-5571>

Emília Carvalho Leitão Biato

[emiliaclbiato@unb.br](mailto:emiliaclbiato@unb.br)

Universidade de Brasília (UnB),

Brasília, DF, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4358-4558>

Fecha de Recepción: 04 de marzo 2026

Fecha de Aceptación: 11 de junio de 2026

DOI: <https://doi.org/10.61447/20260630/art02>

**Como Citar:** De Almeida Dutra Toledo, N., & Leitão Biato, E. C. . (2026). Cuando la forma enferma: notas para una escritura que respira. *Discimus. Revista Digital De Educación*, 5(2), 23-37. <https://doi.org/10.61447/20260630/art02>



---

## Resumen

Este ensayo tiene como objetivo problematizar la escritura académica en el campo de la salud como práctica formativa y como dispositivo que produce modos de pensar, investigar y posicionarse frente al conocimiento. Se parte de la comprensión de que pensar no consiste en la aplicación de un método previamente dado, sino en un proceso en el cual el pensamiento se produce en el propio gesto de escribir. El recorrido teórico-argumentativo articula aportes sobre sufrimiento y organización del trabajo, experiencia, el ensayo como forma, el error como condición de invención, acontecimiento y crítica de la neutralidad, con el fin de analizar los efectos de una normativización excesiva de la escritura académica. Se sostiene que la centralidad del control, la prevención del error y la lógica productivista tienden a silenciar la experiencia, inhibir el riesgo y empobrecer el pensamiento, generando textos formalmente adecuados pero desvinculados de la implicación del sujeto. Se argumenta que la neutralidad absoluta funciona como una ficción normativa que desplaza el rigor hacia una estética del borramiento. En contraposición, el ensayo se afirma como una elección epistemológica y ética del rigor, entendido como responsabilidad por el proceso, la mediación interpretativa y los efectos del texto. Se concluye que la escritura puede constituirse como un espacio de elaboración, cuidado e invención, favoreciendo formas de producción de conocimiento que sostengan el tiempo, la experiencia y la implicación en el campo de la salud

## Palabras Clave

escritura académica, ensayo académico, formación en salud, educación superior, ética del cuidado.

---

## Abstract

This essay aims to problematize academic writing in the health field as a formative practice and as a device that shapes ways of thinking, researching, and positioning oneself toward knowledge. It is grounded in the understanding that thinking does not consist in applying a predefined method, but in a process in which thought is produced through the very act of writing. The theoretical-analytical trajectory brings together contributions on suffering and work organization, experience, the essay as form, error as a condition of invention, the event, and critiques of neutrality in order to examine the effects of excessive standardization in academic writing. It is argued that the predominance of control, error prevention, and productivist temporalities tends to silence experience, inhibit risk, and impoverish thought, producing texts that are formally compliant but detached from the writer's implication. Absolute neutrality is understood as a normative fiction that shifts rigor toward an aesthetics of erasure. In contrast, the essay is proposed as an epistemological and ethical choice of rigor, understood as responsibility for the process, interpretive mediation, and the effects produced by the text. The study concludes that writing can function as a space for elaboration, care, and invention, contributing to forms of knowledge production that sustain time, experience, and engagement in the health field.

## Keywords

academic writing; academic essay; health education; higher education; ethics of care.

---

## Resumo

Este ensaio tem como objetivo problematizar a escrita acadêmica no campo da saúde como prática formativa e como dispositivo que produz modos de pensar e de se relacionar com o conhecimento. Parte-se da compreensão de que pensar não consiste na aplicação de um método previamente dado, mas em um processo no qual o pensamento se produz no próprio gesto da escrita. O percurso teórico-argumentativo articula contribuições sobre experiência, sofrimento no trabalho, ensaio como forma, acontecimento, erro e crítica à neutralidade, a fim de analisar os efeitos de uma normatização excessiva da escrita acadêmica. Argumenta-se que a centralidade do controle, da prevenção do erro e da lógica produtivista tende a silenciar a experiência, inibir o risco e empobrecer o pensamento. Sustenta-se que a neutralidade absoluta opera como uma ficção normativa, produzindo o apagamento da implicação do sujeito e deslocando o rigor para uma estética de conformidade. Em contraposição, o ensaio é afirmado como uma escolha epistemológica e ética de rigor, entendido como responsabilidade pelo processo, pela mediação interpretativa e pelos efeitos do texto. Conclui-se que a escrita pode constituir um espaço de elaboração, cuidado e invenção, contribuindo para formas de produção de conhecimento que sustentem tempo, experiência e implicação no campo da saúde.

## Palavras-chave

escrita acadêmica, ensaio acadêmico, formação em saúde, educação superior, ética do cuidado.

## Introdução

Este ensaio emerge do entrecruzamento de dois campos de formação e atuação: a docência e a saúde. Escrito a partir do lugar de uma professora que pesquisa a escrita e que traz consigo a experiência profissional no campo da saúde, o texto volta-se para a escrita acadêmica não como objeto abstrato, mas como prática formativa. É desse lugar, simultaneamente pedagógico e técnico, que se tornam visíveis as contradições que atravessam a produção do texto científico na área da saúde: um campo dedicado ao cuidado, mas frequentemente sustentado por formas de escrita que silenciam a experiência, neutralizam a presença e inibem o pensamento crítico. Ao interrogar a escrita, interroga-se também a formação de professores e profissionais que aprendem a pesquisar, escrever e ensinar sob regimes de rigor que, muitas vezes, mais regulam do que elaboram o pensamento.

### Parte 1 — Quando a forma adocece

Em um campo dedicado ao cuidado como é o da saúde, a escrita científica, quando rigidamente organizada por normas orientadas pela prevenção do erro, pela antecipação do julgamento e pela necessidade constante de validação, pode produzir, nos sujeitos que escrevem — pesquisadores, docentes e profissionais em formação — efeitos de desgaste semelhantes àqueles descritos nas análises do sofrimento no âmbito do trabalho. Não se trata de adoecimento clínico, mas de um empobrecimento progressivo da experiência de escrever. Os sintomas são conhecidos, embora raramente nomeados: esvaziamento do afeto, supressão da subjetividade, medo do tremor, rejeição da inquietação e desconfiança da paixão. A escrita passa a se estruturar para não falhar, não se expor e não correr riscos. Quando a forma deixa de ser gesto e passa a funcionar como molde, a escrita sobrevive, mas sua potência vital se rarefaz.

A metáfora do adoecimento não é gratuita. Christophe Dejours (2018), ao analisar os modos contemporâneos de organização do trabalho, mostra como determinadas formas de normatização, controle e avaliação produzem sofrimento mesmo quando não há doença identificável. Trata-se de um sofrimento ético e subjetivo, que emerge quando o trabalhador precisa ajustar continuamente sua experiência, seus afetos e seu julgamento a prescrições rígidas que não reconhecem a singularidade do fazer. Embora Dejours trate do trabalho em sentido amplo, sua análise ajuda a compreender como certos regimes de escrita acadêmica, altamente normatizados, podem produzir efeitos semelhantes: não impedem a produção, mas corroem silenciosamente a potência formativa e crítica de quem escreve.

Na área da saúde, essa rigidez parece quase natural. A formação ensina desde cedo que o erro custa caro, que a precisão é inegociável e que o controle salva vidas. Essa lógica atravessa protocolos, condutas, procedimentos e atravessa também a linguagem. Aprende-se a escrever como se escreve um prontuário: com objetividade, clareza, economia e distância. O problema não está nesses princípios em si, mas na sua absolutização. Quando a escrita científica passa a reproduzir integralmente a lógica do controle, ela deixa de ser espaço de pensamento e se torna apenas reprodução de forma.

O texto acadêmico, então, não se constrói: ele se preenche. Cumpra-se. Copia-se uma estrutura já legitimada, insere-se o conteúdo esperado e verifica-se se todos os itens do *checklist* foram cumpridos. Introdução, método, resultados, discussão e conclusão. Tudo no

lugar certo, no tempo certo, do modo certo. O rigor confunde-se com obediência. A escrita deixa de ser gesto e passa a ser procedimento. O pensamento não se move; apenas se encaixa em uma lógica administrada e burocrática.

Esse movimento não é apenas um efeito local da academia contemporânea; pode ser compreendido, à luz de Adorno (2003), como sintoma de uma racionalidade que exige do pensamento um “certificado de competência administrativa”, convertendo o trabalho intelectual em cumprimento de procedimentos e fronteiras já demarcadas. Em O ensaio como forma, Adorno mostra que o ensaio provoca resistência justamente porque evoca uma liberdade de espírito que não admite ter sua competência prescrita: ele não começa por fundamentos “originários” nem busca a exaustividade, mas se estrutura como experiência “metodicamente sem método”, coordenando conceitos como um campo de forças e recusando a falsa promessa de totalidade que a lógica da enumeração completa pretende garantir. Quando essa liberdade é substituída por uma obediência formal, a escrita deixa de funcionar como elaboração crítica e passa a operar como reprodução administrada de modelos. É nesse horizonte que se pode compreender o modo como a escrita acadêmica passa a operar quando a forma deixa de funcionar como mediação crítica e se converte em esquema administrado.

Essa escrita não é apenas rígida; ela é procedimental. Funciona por etapas, modelos e sequências previamente dadas, nas quais pouco importa quem escreve ou de onde se escreve. É também impessoal, exigindo o apagamento da voz como condição de legitimidade. Torna-se instrumental quando existe sobretudo para cumprir funções externas — pontuar, avaliar, validar — e não para sustentar uma reflexão viva. É produtivista, porque acelera o tempo, mede valor em números e transforma o texto em desempenho. E é, por fim, uma escrita higienizada: limpa de hesitação, de ambiguidade e de risco, como se a linguagem precisasse ser esterilizada para não contaminar a ciência.

Na saúde, essa escrita encontra terreno fértil. A obsessão por um campo cirúrgico estéril atravessa também a linguagem. O mesmo gesto que higieniza o espaço do cuidado e dos procedimentos, também higieniza o texto. O que deveria pulsar com a vida passa a respirar por aparelhos: uniforme, disciplinado e controlado. O texto se mantém funcional, mas perde calor. Funciona, mas não toca.

O medo do erro sustenta esse modelo. Aprende-se a escrever para não errar, para não destoar, para não comprometer a validade do que se diz. No entanto, a escrita não é um procedimento cirúrgico. Ela não é estéril. É pulsante, sangrenta e atravessada por incerteza. Envolve experimentação, risco, subjetividade. Pensar, ao escrever, é sempre expor-se ao que ainda não está pronto. Cada palavra é uma tentativa, cada ideia um diagnóstico provisório. E como em todo processo vivo, há recaídas: a dúvida, a pressa e o cansaço.

É nesse ponto que a crítica de Jorge Larrosa Bondía (2002) se torna decisiva. Ao afirmar que a experiência é aquilo que nos acontece e não simplesmente aquilo que se passa, o autor mostra como certos modos de organização do saber impedem que algo, de fato, atravesse o sujeito. Na escrita acadêmica, isso significa distinguir entre textos que apenas circulam informações e textos que implicam quem escreve. Quando a escrita é capturada por dispositivos de informação, opinião e desempenho, ela deixa de ser espaço de experiência e se converte em procedimento: cumpre etapas, atende a critérios, acumula dados e argumentos, mas não desloca o pensamento de quem escreve. Tudo se passa — artigos são

produzidos, avaliados e publicados —, mas nada acontece no sentido formativo: o sujeito não se expõe, não se deixa afetar, não corre o risco que caracteriza toda experiência de pensamento. O sujeito escreve, mas não se expõe, não se deixa afetar, não corre o risco que caracteriza toda experiência formativa.

Quando a escrita não permite esse movimento, algo sufoca. Sem oxigênio, não há vida e sem espaço para o risco, não há pensamento. Instala-se, então, um paradoxo inquietante: o campo que deveria cuidar passa, também, a adoecer. O texto científico continua sendo produzido, publicado e citado em um *continuum* acadêmico. Mas o corpo que escreve começa a sentir o peso dessa contenção: surge uma exaustão silenciosa, difícil de nomear, que não vem apenas da carga de trabalho. Trata-se de um desgaste que se produz quando a lógica produtivista do modo contemporâneo de organização da vida acadêmica, atravessa também a escrita, restringindo os modos de implicação do sujeito no texto. Não é a parcialidade da escrita que adocece, mas a forma como essa parcialidade é rigidamente administrada, convertendo o texto em espaço de contenção, e não de elaboração.

É nesse ponto que a pergunta se impõe, ainda que desconfortável: que tipo de escrita estamos produzindo quando o rigor exige o desaparecimento de quem escreve? Que ciência se sustenta quando o texto funciona perfeitamente, mas não respira? E o que se perde quando a forma passa a valer mais do que a experiência que se tenta dizer?

## Parte 2 — O erro como condição de pensamento

Na área da saúde, o erro ocupa um lugar central — e ameaçador. Ele é ensinado como aquilo que deve ser prevenido, evitado e eliminado. Um erro pode custar uma vida, e essa consciência atravessa a formação, os protocolos, os gestos cotidianos. No entanto, quando essa lógica passa a orientar também a escrita acadêmica, não por uma transferência direta, mas pela reprodução de normas e racionalidades incorporadas pelos próprios sujeitos, algo se desloca. O erro deixa de ser apenas risco técnico e passa a funcionar como interdição simbólica: errar, no texto, torna-se sinônimo de falhar como pesquisador.

No campo da saúde, o erro ocupa um lugar central porque está diretamente associado ao risco, à responsabilidade ética e às consequências concretas sobre a vida de outras pessoas. Um erro diagnóstico pode atrasar um tratamento; um erro terapêutico pode agravar um quadro; um erro de cálculo pode comprometer um corpo. Por isso, aprende-se desde cedo que errar não é uma possibilidade abstrata, mas uma ameaça real. A formação em saúde é atravessada por dispositivos de controle, protocolos, diretrizes clínicas e práticas baseadas em evidências que têm como finalidade reduzir ao máximo a margem de erro.

No entanto, quando essa lógica passa a orientar a escrita acadêmica, pela incorporação de normas, valores e modos aprendidos na formação, algo se desloca. Na prática clínica, o erro pode custar uma vida e, por isso, carrega um peso ético incontornável. Na escrita, o erro não opera nesse mesmo registro: ele não elimina a vida, mas pode, ao contrário, tornar-se condição de sua intensificação intelectual. Ainda assim, os sujeitos formados nesse regime tendem a reproduzir, no texto, a mesma racionalidade de contenção, vigilância e autoproteção. O erro deixa então de significar apenas um tropeço conceitual ou uma hesitação argumentativa e passa a funcionar como interdição simbólica: errar, no texto, torna-se sinônimo de falhar como pesquisador. A escrita passa a ser organizada menos pelo desejo de pensar e mais pelo medo de falhar.

Nesse regime, aprende-se a escrever de forma defensiva. O texto deve ser claro, linear, previsível. Não pode se contradizer, não pode vacilar, não pode mostrar o processo de construção do pensamento. Tudo o que ameaça a estabilidade da forma é rapidamente corrigido ou eliminado. A escrita deixa de ser espaço de elaboração e passa a funcionar como prova de competência. O rigor é confundido com ausência de falhas. O pensamento, para ser aceito, precisa parecer pronto antes mesmo de existir.

É exatamente essa lógica que Aquino et al. (2018) e Corazza (2019) tensionam ao pensar a escrita e a docência como práticas de invenção. Para ela, o erro não é o oposto do rigor, mas uma de suas condições. Não se trata de errar por descuido, mas de reconhecer que todo pensamento que se move corre o risco de não saber, de não caber, de não chegar pronto. O erro, nesse sentido, não indica fracasso, mas abertura. Ele marca o ponto em que a forma conhecida já não dá conta e o pensamento é convocado a criar.

No contexto da invenção, o erro aparece como desorganização produtiva, pois ele interrompe o roteiro previsto, desloca o percurso, força o pensamento a se reposicionar e marca o ponto em que a forma disponível já não dá conta e algo precisa ser criado. Longe de fragilizar o rigor, esse erro o intensifica: exige atenção, escuta, responsabilidade e trabalho conceitual. O rigor deixa de ser controle absoluto e passa a ser compromisso com o processo.

Quando a escrita é submetida a roteiros excessivamente antecipados, esse movimento se perde. O texto não pensa; ele confirma. Não se arrisca; repete. A escrita deixa de ser acontecimento para tornar-se execução. O erro, nesse cenário, não pode aparecer porque tudo já está decidido antes mesmo de a escrita começar. O que resta ao pesquisador é apenas preencher a forma, não interrogá-la. Como problematizam Nodari e Corazza (2019), quando a escrita se organiza prioritariamente por procedimentos e roteiros prévios, ela se converte em execução de uma forma já dada, perdendo suas condições de invenção.

Quando se fala aqui em acontecimento, não se trata de um fato externo, nem de algo espetacular que irrompe de fora do texto. O acontecimento diz respeito ao que se produz no próprio ato de escrever, quando o pensamento deixa de apenas aplicar formas conhecidas e passa a se mover. Acontecimento é aquilo que não estava inteiramente previsto, que não cabia no roteiro, que desorganiza levemente o percurso e exige reposicionamento. Na escrita, ele aparece como hesitação, desvio, erro produtivo, mudança de direção, sinais de que algo está efetivamente acontecendo no pensamento.

Em diálogo com Derrida (2012), o acontecimento diz respeito àquilo que não pode ser totalmente previsto, ao que escapa ao cálculo e à antecipação, ao que se produz no próprio ato de dizer e escrever. Trata-se de uma “possibilidade impossível”: algo que só acontece porque não estava inteiramente dado, porque não cabia nos roteiros disponíveis. Na escrita, o acontecimento se manifesta quando o pensamento deixa de apenas aplicar formas conhecidas e passa a se mover, a hesitar, a errar produtivamente, a mudar de direção.

Esse entendimento é aprofundado por Biato e Portugal (2025) ao situarem o acontecimento como aquilo que desestabiliza os modos tradicionais de produzir conhecimento, especialmente nas pesquisas em saúde. Para as autoras, o acontecimento não é um desvio indesejado, mas o que convoca o pesquisador a reposicionar-se, a responder ao que emerge e a sustentar uma ética da pesquisa que não se reduz ao controle. O acontecimento marca o ponto em que a escrita deixa de registrar o já sabido e passa a lidar com o que ainda não tem forma, exigindo escuta, atenção e responsabilidade.

É também nessa direção que o pensamento de Aquino et al. (2018) e de Corazza (2019) se inscrevem. Ao afirmar a escrita como prática de invenção, ela recusa a ideia de que o texto deva apenas executar procedimentos ou seguir roteiros didáticos fechados. Para a autora, escrever é produzir acontecimentos: é permitir que algo se faça no percurso, mesmo sem garantias prévias. O erro, nesse contexto, não aparece como falha a ser eliminada, mas como sinal de que o pensamento tocou um limite do já conhecido.

Nesse sentido, o acontecimento não é o oposto do rigor, mas sua condição viva, pois ele marca o momento em que a escrita deixa de ser mera execução de procedimentos e se torna espaço de invenção. Pensar não precede o texto; acontece nele. Escrever é sustentar esse risco: permitir que algo se produza sem garantia prévia, aceitar que o sentido não esteja todo dado antes da linguagem. O acontecimento não pode ser totalmente controlado e é justamente por isso que ele mantém o pensamento em movimento.

Ao compreender a escrita como acontecimento, desloca-se também a relação com o erro, com o tempo e com a forma. O erro deixa de ser apenas falha e passa a indicar abertura; o tempo deixa de ser apenas prazo e passa a ser duração; a forma deixa de ser molde fixo e passa a ser algo que se constrói no percurso. O acontecimento não se repete, não se padroniza, não se estabiliza completamente, mas insiste como vida que escapa à anestesia da forma.

Na área da saúde, essa antecipação da forma se apresenta como segurança. Protocolos, modelos e estruturas prometem reduzir riscos e garantir validade. No entanto, quando a escrita se reduz a esse modelo, o pensamento perde a chance de se confrontar com aquilo que ainda não sabe dizer. A escrita deixa de ser um lugar de elaboração e se torna apenas um registro de decisões já tomadas. O erro desaparece do texto — mas não porque deixou de existir, e sim porque foi silenciado.

Corazza (2019) insiste que escrever é produzir acontecimentos, não descrevê-los. Isso significa aceitar que o pensamento não vem pronto, que ele se faz no próprio ato de escrever. O erro, nesse processo, não é um obstáculo, mas um sinal de que algo está acontecendo. Ele indica que a escrita tocou um limite, uma zona de indeterminação, um ponto em que o saber já não se sustenta sozinho. Sustentar esse momento exige coragem, porque implica escrever sem garantia.

Essa perspectiva desloca profundamente o modo como se aprende a escrever na academia. Em vez de tratar o erro como ameaça, ele passa a ser compreendido como condição de invenção. O rigor, então, não está em evitar o erro, mas em sustentar o processo que ele inaugura. Não se trata de escrever de qualquer maneira, mas de escrever assumindo a responsabilidade pelo que se tenta pensar — inclusive quando isso desorganiza a forma.

Quando essa possibilidade é negada, a escrita se empobrece. O texto torna-se correto, mas previsível. Seguro, mas sem fôlego. A forma permanece intacta, mas o pensamento não se desloca. O pesquisador aprende a não errar, mas também aprende a não arriscar. A escrita cumpre sua função institucional, mas deixa de funcionar como espaço de pensamento vivo, crítico e reflexivo.

Há, ainda, um efeito subjetivo desse modelo. Quando o erro é interdito, o pesquisador passa a escrever contra si mesmo. Cada frase é vigiada, cada palavra é medida, cada desvio é reprimido. A escrita se torna um exercício de contenção. O corpo se ajusta à forma, mas

sente o custo desse ajuste. A exaustão que emerge não é apenas intelectual, mas existencial: escreve-se sem poder existir inteiro no texto.

Reconhecer o erro como parte constitutiva da escrita não significa ignorar as exigências do campo científico, mas deslocar o modo como elas operam. Significa admitir que o pensamento não se produz sem risco, e que a tentativa de eliminar toda instabilidade resulta em textos que não se deixam afetar pelo que escrevem. Na área da saúde, em que a vida é sempre mais complexa do que qualquer protocolo, essa constatação se torna ainda mais urgente.

É a partir desse deslocamento que a escrita pode voltar a ser espaço de pensamento. Não um pensamento fechado, seguro e já sabido, mas um pensamento que se constrói no percurso, que tropeça, que hesita, que se reconfigura. O erro, longe de ser um inimigo, passa a ser um sinal de vitalidade. Ele indica que a escrita ainda está viva e que o pensamento ainda respira.

### Parte 3 — A neutralidade como ficção

Se o erro é interditado, a neutralidade se torna o ideal. Aprende-se que escrever bem é escrever sem marcas, sem voz, sem vestígios de quem escreve. A impessoalidade passa a ser confundida com rigor e o apagamento do pesquisador é apresentado como condição de validade científica. Quanto menos o texto revela de quem o produz, mais confiável ele parece. A escrita se organiza para desaparecer.

Essa exigência, no entanto, sustenta-se como uma ficção. Não existe escrita sem escolha, assim como não existe observação sem interpretação. Qualquer decisão metodológica, seleção de dados ou organização do texto carrega uma posição, ainda que tente ocultá-la. A neutralidade absoluta nunca se realiza de fato. O que se realiza é o controle do discurso: controla-se o modo de dizer, o tom, a presença e o ritmo. O texto parece objetivo, mas é profundamente normatizado.

Na área da saúde, essa normatização encontra justificativas fortes. A busca por evidências, a padronização de condutas, a necessidade de replicabilidade são pilares legítimos do campo. Mas, além da normatização, há também um ideal de neutralidade que se consolidou historicamente como critério de respeitabilidade científica, ligado à promessa de um método capaz de depurar o conhecimento de valores e interesses.

Como mostra Hugh Lacey (2008), esse ideal não significa que a ciência seja de fato neutra, mas que se construiu a expectativa de que a avaliação das teorias pudesse ser feita apenas com base na evidência, mantendo os valores tendenciosos fora do núcleo do conhecimento. Essa leitura restritiva tende a deslocar o foco da distinção entre valores cognitivos e valores sociais para a eliminação de qualquer marca de interpretação ou posicionamento no próprio texto. Assim, a neutralidade deixa de ser um princípio metodológico e passa a operar como uma norma de apagamento da voz. Nesse movimento, o que está em jogo não é a ausência de valores, mas a predominância silenciosa de outros critérios como: eficiência, padronização, mensurabilidade, que passam a orientar a forma da escrita.

O problema surge quando essa imagem de neutralidade é estendida indistintamente à escrita acadêmica na área da saúde, como se o texto também precisasse apagar toda marca de interpretação, escolha e posição. O gesto que observa a dor e a converte em protocolo

atravessa a linguagem: mede-se o sofrimento, transforma-se em gráfico, registra-se a cura — mas não se pergunta o que significa estar vivo.

O pesquisador, então, deve desaparecer para que o dado fale. Mas o dado é mudo. Ele só existe como dado porque alguém o selecionou, interpretou e organizou. Ainda assim, o discurso científico exige que essa mediação se disfarce de impessoalidade. “Observou-se”, “analisou-se”, “verificou-se”. Quem fala aí? Ninguém. Ou melhor: fala a norma, fala o fantasma do neutro.

Esse apagamento não elimina a subjetividade; apenas a desloca para um lugar invisível. O pesquisador continua presente, mas sem poder responder pelo que escreve. A escrita se torna anônima, mas não inocente. Ao esconder o sujeito, o texto deixa de assumir responsabilidade por seus próprios efeitos. A neutralidade, nesse sentido, não garante rigor, ela protege a forma de ser questionada.

Há também um efeito pedagógico desse modelo. Aprende-se a escrever retirando-se do texto, evitando qualquer marca de implicação. O pesquisador em formação internaliza a ideia de que pensar demais, sentir demais ou hesitar demais compromete a cientificidade. A escrita passa a ser exercício de contenção. O pensamento, então, não trabalha a forma a partir de suas próprias exigências, mas se adapta a modelos previamente estabelecidos. Em vez de uma elaboração que encontre sua forma no processo reflexivo, produz-se um texto formalmente correto, porém dissociado da experiência e das contradições que lhe deram origem.

É nesse ponto que a crítica à neutralidade deixa de ser apenas epistemológica e se torna ética. O que está em jogo não é a validade dos métodos, mas o modo como a escrita forma — ou deforma — quem escreve. Uma ciência que exige o desaparecimento do sujeito talvez produza conhecimento, mas produz também corpos silenciosos, acostumados a não se implicar no que dizem.

A recusa da neutralidade absoluta não implica abandonar o rigor, mas recolocá-lo em outro lugar. Rigor não é ausência de sujeito; é responsabilidade por aquilo que se escreve. É tornar visível o gesto interpretativo, assumir as escolhas e sustentar as consequências do que se diz. Sem isso, a escrita se protege, mas não se compromete.

A crítica à neutralidade absoluta, tal como formulada por Denise Gastaldo (2021), desloca o rigor científico de um lugar de suposta objetividade para o campo da responsabilidade. Rigor, nessa perspectiva, não coincide com o apagamento do sujeito, mas com a assunção do gesto interpretativo que sustenta toda escrita. Escrever implica escolher, recortar, interpretar e responder pelas consequências dessas escolhas. Quando a escrita científica se organiza sob a exigência de neutralidade, ela tende a se proteger por meio da forma, mas enfraquece seu compromisso ético com aquilo que produz. Ao tornar visível a presença de quem escreve no próprio ato de escrever, esse pensamento afirma uma ciência que não se pretende transparente, mas responsável por seus efeitos.

Essa constatação prepara o terreno para uma pergunta decisiva: o que acontece quando a escrita científica, em nome da neutralidade, exige que se abandone a implicação? Que tipo de formação se produz quando o texto só aceita um corpo parcial, fragmentado, amputado de experiência? É a partir dessa fissura que a ideia de cuidado começa a se impor — não como conteúdo, mas como modo de escrever.

#### Parte 4 — Escrever como tradução: cuidar do que não passa inteiro

Se a presença de quem escreve é condição para que a escrita não se torne vazia, então escrever é também um exercício de cuidado com a passagem da experiência para a linguagem. Escrever é traduzir. Traduzir encontros, gestos, corpos, tempos e afetos para uma forma que nunca os comporta plenamente. Toda tradução envolve perda, deslocamento, resto. Algo sempre fica pelo caminho. O cuidado começa quando essa perda é reconhecida e não negada.

No campo da saúde, essa dimensão tradutória já havia sido reconhecida por Georges Canguilhem (1990), ao afirmar que a experiência do adoecimento não se oferece como ideia clara. A saúde não é transparente ao saber técnico; ela é opaca, singular, atravessada por sentidos que não se deixam capturar integralmente por conceitos. É nessa direção que Sandra Caponi (2003), ao mobilizar Canguilhem (1990), compreende a clínica como um gesto interpretativo e tradutório, no qual o médico não restitui a experiência do outro, mas auxilia na produção de sentido para um conjunto de sintomas que, isoladamente, não se deixa decifrar. O médico aparece, assim, menos como conhecedor e mais como exegeta e tradutor — alguém que sustenta a passagem entre o vivido e uma linguagem possível, sempre provisória.

Em Derrida (2012), a tradução não é entendida como passagem fiel de um sentido original para outra forma, como se houvesse um conteúdo pleno a ser simplesmente transportado. Traduzir é sempre produzir deslocamento, porque o sentido nunca está totalmente presente nem no texto de partida nem no texto de chegada. Toda tradução acontece sob o signo da diferença e da adição: algo se perde, algo se transforma, algo novo se produz. Não há equivalência plena, apenas aproximações provisórias. Por isso, Derrida (2012) afirma que a tradução é ao mesmo tempo necessária e impossível — necessária porque o sentido precisa circular, impossível porque nunca se completa. Traduzir é lidar com o resto, com aquilo que não se deixa dizer inteiramente, com o que resiste à fixação do sentido.

Essa concepção desloca a tradução do campo técnico para o campo ético e epistemológico. Traduzir não é corrigir a perda, mas assumi-la. É reconhecer que o gesto tradutório não restitui o acontecimento, mas o reinscreve de outro modo. Restituir seria devolver o acontecimento intacto, como se a linguagem pudesse coincidir com a vida. A escrita, no entanto, não devolve: ela desloca, transforma e reinscreve. É nesse intervalo, entre o que foi vivido e o que pode ser dito, que o pensamento acontece.

Quando se nega essa perda, produz-se a ilusão de transparência e controle; quando ela é reconhecida, abre-se espaço para o cuidado. O cuidado, aqui, não consiste em garantir fidelidade absoluta, mas em sustentar a responsabilidade pelo que se perde, pelo que se transforma e pelo que permanece indizível no processo de escrever.

Na escrita científica, essa passagem costuma ser tratada como simples transferência de conteúdo. A experiência é reorganizada segundo categorias já legitimadas, estabilizada em dados, convertida em resultados. O texto se apresenta como transparente, como se nada tivesse sido perdido no processo. No entanto, essa transparência é construída à custa do silenciamento do que não se deixa traduzir com facilidade. O que demora, o que hesita, o que desorganiza a linearidade tende a ser descartado.

Na área da saúde, esse gesto se repete com naturalidade. Aprende-se a traduzir o sofrimento em diagnóstico, a narrativa em protocolo, o corpo em indicadores. Essa tradução é necessária

para o cuidado clínico, mas torna-se problemática quando se transforma em único modo legítimo de dizer a experiência. A escrita acadêmica herda esse modelo e o radicaliza: só entra no texto o que pode ser rapidamente nomeado, classificado e validado. O resto é excluído em nome da forma.

Cuidar da escrita, nesse contexto, não é torná-la mais suave ou menos rigorosa, mas assumir responsabilidade por aquilo que se perde ao escrever. Traduzir com cuidado é aceitar que nem tudo atravessa a página — e que essa insuficiência precisa ser sustentada, não apagada. Uma escrita que elimina o resto produz um olhar que não tolera ambiguidade. Uma escrita que acelera produz um pensamento impaciente. Uma escrita que se pretende neutra produz distância.

É nesse ponto que a escrita como invenção, tal como pensada por Aquino et al. (2018) e por Corazza (2019), encontra a noção de cuidado defendida por bell hooks (2013). Se escrever é acontecimento, e não mera representação, então traduzir é um gesto criador que exige atenção. Atenção ao processo, ao tempo do pensamento, às escolhas que organizam o texto. Não se trata de dizer tudo, mas de responder pelo que se escolhe dizer — e pelo que se silencia.

A escrita que cuida não promete fidelidade absoluta à experiência. Ela reconhece seus limites. Mas, ao contrário da escrita higienizada, não tenta disfarçá-los. Sustenta a tensão entre o vivido e o dito. Permite que o texto carregue marcas do encontro, mesmo que isso desorganize a forma. Mesmo que isso torne a escrita menos previsível. O cuidado aparece, aqui, como atenção ao que resiste à tradução.

Quando essa atenção não é permitida, o corpo sente. O cansaço que muitos pesquisadores experimentam ao escrever não vem apenas da exigência de produtividade, mas da constante violência de caber. Escreve-se contra o próprio ritmo, contra a experiência, contra aquilo que ainda não sabe como dizer. A tradução se torna forçada. O texto funciona, mas algo se esgota no processo.

Cuidar da escrita é, portanto, um gesto ético. Não no sentido de moralizar o texto, mas de reconhecer que a linguagem produz efeitos. Forma modos de ver, de pensar e de agir. Uma escrita que não cuida do que traduz pode ser tecnicamente correta, mas politicamente empobrecedora. Ao eliminar o resto, elimina também a possibilidade de escuta.

Talvez escrever exija outro tipo de rigor: não o rigor da assepsia, mas o rigor da atenção. Atenção ao que se perde, ao que escapa, ao que permanece indizível. Traduzir com cuidado não é fechar os sentidos, mas manter o texto aberto o suficiente para que algo da experiência ainda possa respirar. Nesse gesto, a escrita deixa de ser apenas um produto final e se torna espaço de formação — do pensamento, do texto e de quem escreve.

### Parte 5 — O ensaio como escolha ética do rigor

Diante desse cenário marcado pela rigidez da forma, pela interdição do erro, pela ficção da neutralidade e pela aceleração produtivista a escolha pelo ensaio não é estética nem circunstancial. Trata-se de uma decisão ética e epistemológica. O ensaio emerge como forma possível quando a escrita já não aceita ser apenas execução de um método, mas precisa sustentar um processo de pensamento em movimento.

Meneghetti (2011) compreende o ensaio não como ausência de rigor, mas como uma modalidade específica de cientificidade. No ensaio, forma e conteúdo não se separam. O

pensamento não antecede a escrita para depois ser simplesmente comunicado; ele acontece na própria escrita. O rigor, nesse caso, não está na obediência a uma estrutura fixa, mas na coerência interna do percurso, na responsabilidade pelas escolhas e na atenção ao que se produz no processo.

Essa concepção permite deslocar a ideia de rigor que atravessa grande parte da escrita científica. Rigor deixa de significar neutralização do sujeito, eliminação do erro ou assepsia da linguagem. Passa a significar implicação. Escrever com rigor, no ensaio, é sustentar o pensamento mesmo quando ele hesita, quando se reorganiza, quando se confronta com seus próprios limites. Não há garantia prévia de chegada; há compromisso com o percurso.

Essa forma de rigor também se articula diretamente com a ideia de cuidado desenvolvida ao longo do texto. O ensaio cuida do pensamento ao não o forçar a caber onde ele ainda não cabe. Cuida da escrita ao permitir que ela respire, hesite e se reorganize. Cuida de quem escreve ao recusar o apagamento da implicação no gesto de escrever. Não se trata de escrever livremente, mas de escrever responsavelmente, aceitando que pensar envolve risco e que esse risco não pode ser eliminado sem empobrecer o conhecimento.

Ao assumir o ensaio como forma, este texto não busca neutralizar o corpo que escreve, nem acelerar o tempo do pensamento, nem higienizar a linguagem. Busca sustentar uma escrita que acompanhe o movimento do pensar, mesmo quando isso produz desconforto. O ensaio não oferece soluções prontas, mas abre espaço para que as perguntas permaneçam em circulação.

Essa escolha não é isenta de tensão. O ensaio ocupa um lugar instável na academia, frequentemente visto como excessivamente subjetivo ou pouco controlável. No entanto, é justamente essa instabilidade que lhe confere potência. Em um contexto em que a escrita tende a se fechar cada vez mais em modelos previsíveis, o ensaio funciona como forma de resistência — não contra a ciência, mas contra sua redução à forma.

Assim, optar pelo ensaio não significa rejeitar a ciência, mas reivindicar outra relação com ela. Uma relação em que rigor não se confunde com rigidez, em que cuidado não se reduz a técnica e em que escrever volta a ser um gesto de pensamento vivo. O ensaio, nesse sentido, não aparece como exceção, mas como possibilidade legítima de produção de conhecimento — especialmente quando o que está em jogo é pensar a própria escrita e suas condições de existência.

### **Considerações finais: escrever com a vida**

Ao longo deste percurso, tornou-se impossível sustentar a ideia de que a escrita científica seja apenas um meio neutro de comunicação do conhecimento. Ela forma sujeitos, organiza modos de pensar, institui ritmos e silêncios. Na área da saúde, essa constatação é ainda mais contundente: escreve-se sobre a vida, mas frequentemente contra aquilo que a faz pulsar. A escrita adoce quando, em nome do rigor, anestesia o pensamento.

Interrogar essa escrita não é apenas um gesto epistemológico, mas também pedagógico. Quando o problema da escrita é observado a partir de quem transita entre a formação em saúde e a docência, o que se evidencia são contradições próprias dos modos como se ensina a pensar, pesquisar e escrever nesse campo. Não se trata apenas de uma questão de estilo textual, mas de práticas formativas que naturalizam a contenção, a neutralização e a adaptação à forma como critérios de legitimidade. Ao exigir uma escrita defensiva, previsível

e normatizada, a formação acadêmica tende a produzir profissionais tecnicamente competentes, mas progressivamente afastados da experiência viva que sustenta tanto o cuidado quanto o ensino.

Recusar essa anestesia não significa rejeitar a ciência, nem relativizar seus compromissos. Significa reconhecer que não há cuidado possível sem atenção, nem rigor possível sem responsabilidade ética. Uma escrita que elimina o erro, apaga o sujeito, acelera o tempo e neutraliza a linguagem pode funcionar institucionalmente, mas perde a capacidade de escutar. E uma ciência que não escuta corre o risco de transformar o cuidado em procedimento e a vida em dado.

Escrever com a vida não é escrever de forma confessional ou desordenada. É escrever reconhecendo que o pensamento não se produz sem corpo, sem tempo e sem risco. É admitir que toda escrita é atravessada por escolhas e que essas escolhas produzem efeitos. O gesto de escrever deixa, então, de ser apenas técnico e passa a ser ético: responde por aquilo que faz existir no texto e por aquilo que decide silenciar.

Nesse sentido, a crítica à rigidez da escrita científica não aponta para a ausência de forma, mas para a necessidade de formas que não sufoquem o pensamento. Formas que suportem o tremor, a hesitação e a incompletude. Formas que permitam que a escrita acompanhe o ritmo da experiência, em vez de forçá-la a caber em estruturas previamente dadas. A escrita viva não promete estabilidade; ela sustenta a tensão.

Na área da saúde, essa postura é urgente. Um campo que se dedica ao cuidado não pode se contentar com uma escrita que neutraliza a presença de quem escreve e de quem é escrito. Cuidar não é apenas intervir corretamente, mas sustentar perguntas sobre o que importa, sobre o que vale a pena preservar, sobre o que não pode ser reduzido a protocolo. Uma escrita que não formula essas perguntas talvez seja eficiente, mas não cuida.

Ao escolher o ensaio como forma, este texto não reivindica um lugar de exceção, mas um espaço de possibilidade. Possibilidade de pensar sem anestesia, de escrever sem apagar o corpo, de sustentar o rigor sem confundir-lo com rigidez. O ensaio não oferece garantias, mas exige implicação. Não promete respostas finais, mas mantém as perguntas em circulação.

Talvez a verdadeira saúde da escrita científica não esteja na ausência de sintomas, mas na capacidade de escutá-los. Escutar o cansaço que emerge da contenção, o desconforto que nasce da neutralidade forçada, o desejo que insiste apesar da produtividade. Esses sintomas não indicam falha; indicam vida. Ignorá-los é adoecer a escrita. Escutá-los é permitir que ela volte a respirar.

Escrever, então, como quem cuida. Não para curar definitivamente, mas para acompanhar. Acompanhar o pensamento em seu movimento, a experiência em sua complexidade, a linguagem em sua instabilidade. Se a ciência pretende cuidar da vida, talvez precise reaprender a escrever com ela — aceitando que toda vida pulsa, falha, se transforma. E que uma escrita viva, como a própria vida, nunca se deixa controlar completamente.

Durante a elaboração deste manuscrito, foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa como apoio à organização textual e à revisão linguística. Todas as contribuições foram criticamente avaliadas pelos autores, que assumem integral responsabilidade pelo conteúdo, pelas interpretações e pela versão final do trabalho.

## Referências

- Adorno, T. W. (2003). O ensaio como forma. Em T. W. Adorno, *Notas de literatura I* (J. de Almeida, Trad.). Duas Cidades; Editora 34.
- Aquino, J. G., Corazza, S. M., & Adó, M. D. L. (2018). Por alguma poética na docência: A didática como criação. *Educação em Revista*, 34, e169875. <https://doi.org/10.1590/0102-4698169875>
- Biato, E., & Portugal, S. (2025). O lugar do acontecimento em investigações nas ciências sociais e humanas em saúde. *Comunicações*, 31(31), 114–135. <https://doi.org/10.15599/2238-121X/comunicacoes.v31n31p114-135>
- Canguilhem, G. (1990). *La santé: Concept vulgaire et question philosophique*. Sables.
- Caponi, S. (2003). A saúde como abertura ao risco. Em D. Czeresnia & C. M. de Freitas (Orgs.), *Promoção da saúde: Conceitos, reflexões, tendências* (pp. 55–77). Editora Fiocruz.
- Corazza, S. M. (2019). A-traduzir o arquivo da docência: Aula, sonho didático e poesia curricular. *Educação em Revista*, 35, e217851. <https://doi.org/10.1590/0102-4698217851>
- Dejours, C. (2018). *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho* (A. I. Paraguay & L. L. Ferreira, Trans.; 6. ed.). Cortez; Oboré.
- Derrida, J. (2012). Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento (E. Domingues, Trad.). *Educação & Realidade*, 37(1), 227–247.
- Gastaldo, D. (2021). Congruência como critério epistemológico fundamental de rigor na pesquisa qualitativa em saúde. Em M. L. M. Bosi & D. Gastaldo (Orgs.), *Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde: Fundamentos teórico-metodológicos*. Vozes.
- hooks, b. (2013). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade* (M. B. Cipolla, Trad.). Martins Fontes.
- Lacey, H. (2008). Aspectos cognitivos e sociais das práticas científicas. *Scientiae Studia*, 6(1), 83–96. <https://doi.org/10.1590/S1678-3166200800010000>
- Larrosa Bondía, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, (19), 20–28. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>
- Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 320–332. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>
- Nodari, K. E. R., & Corazza, S. M. (2019). Entre procedimentos e roteiros didáticos de tradução: Condições de invenção. *Acta Scientiarum. Education*, 41(1), e37255. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v41i1.37255>

